

Departamento de Educação - Instituto de Biociências de Botucatu - UNESP
Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência – CLE - UNICAMP



Caderno de Resumos

***XI Colóquio “Michel Debrun” – Auto-Organização e Bioética
Botucatu – 03/10 a 04/10***



2013

03 de outubro de 2013 (quinta-feira)

Primeira Sessão - Auto-Organização e Bioética: Humanismo e Educação

Local: Anfiteatro do IBB - UNESP - Campus de Rubião Júnior

8h-9h – Abertura do Colóquio

Palestra: Bioética: Princípios ou referenciais?

Palestrante: Dr. William Saad Hossne (Prof. Emérito, FMB, UNESP/Botucatu)

9h-9h30

Palestra: A Bioética na Pesquisa com Seres Humanos

Palestrante: Dra. Ana Maria Pellegrini (Dpto. de Educação Física, UNESP/Rio Claro)

9h30-10h

Palestra: Bioética e Filosofia da Mente: as dificuldades do conceito de pessoa

Palestrante: Dr. João de Fernandes Teixeira (Departamento de Filosofia, UFSCar)

10h-10h30 - Coffee Break

10h30-11h

Palestra: Aproximando Auto-Organização e o Contexto Educacional

Palestrante: Dra. Elisabete Cardieri (Dpto. de Educação, IBB, UNESP/Botucatu)

11h-11h30

Palestra: Auto-Organização e Autonomia no Processo Ensino-Aprendizagem

Palestrante: Dra. Angelina Batista (Dpto. de Educação, IBB, UNESP/Botucatu)

11h30-12h

Palestra: O Educador como Facilitador da Auto-Organização Pessoal e Social

Palestrante: Dr. Valdir Gonzalez Paixão Junior (Dpto. de Educação, IBB, UNESP/Botucatu)

Almoço

14h-14h30 - Sessão de Pôsteres

Segunda Sessão - Auto-Organização e Bioética: Semiótica e Filosofia da Mente

Local: Anfiteatro do IBB - UNESP - Campus de Rubião Júnior

14h30-15h

Palestra: Autonomia e Auto-Organização em Peirce

Palestrante: Dr. Vinicius Romanini (Escola de Comunicações e Artes, USP)

15h-15h30

Palestra: Relações entre Ética e Lógica, em Peirce

Palestrante: Dra. Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano (Dpto. de Filosofia, UNICAMP)

15h30-16h

Palestra: Método diagramático para interpretação de situações em Bioética

Palestrante: Dr. Enídio Ilário (Faculdade de Ciências Médicas, FCM, UNICAMP)

16h-16h30 - Coffee Break

16h30h-17h

Palestra: A constituição de hábitos morais na perspectiva da Teoria da Auto-Organização

Palestrante: Dra. Mariana Broens (Dpto. de Filosofia, UNESP/Marília)

17h-17h30

Palestra: Há uma Auto-Organização do Processo Nutricional?

Palestrante: Dr. Maria Amélia Carvalho (Doutora em Saúde Coletiva, FMB, UNESP/Botucatu)

17h30-18h

Palestra: Transhumanismo e o Fim da Auto-Organização: uma Reflexão na Perspectiva dos Sistemas Complexos

Palestrante: Dra. Maria Eunice Quilici Gonzalez (Dpto. de Filosofia, UNESP/Marília)

04 de outubro de 2013 (sexta-feira)

Terceira Sessão - Auto-Organização e Bioética: Subjetividade e Sociabilidade

Local: Anfiteatro do IBB - UNESP - Campus de Rubião Júnior

8h-8h30

Palestra: Seria o Suicídio um Exemplo de Ação Autônoma na Ausência de Auto-Organização Pessoal?

Palestrante: Dr. José Manuel Bertolote (Departamento de Neurologia e Psiquiatria, Faculdade de Medicina – UNESP)

8h30-9h

Palestra: Auto-Organização, Autonomia e o Cuidado em Saúde Mental

Palestrante: Maria Solange Castro (Saúde Coletiva, FMB, UNESP/Botucatu)

9h-9h30

Palestra: O Pensamento Contrafactual como Atividade Auto-Organizativa

Palestrante: Dra. Maria Luísa Bissoto (Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Americana)

9h30-10h

Palestra: Autonomia Intersubjetiva e Reconhecimento Social: Notas sobre a Concepção de Honneth

Palestrante: Dr. Aluísio Schumacher (PG Sociologia, UNESP/Marília)

10h-10h30 - Coffee Break

10h30-11h

Palestra: Bioética Social: Reconhecimento e Eticidade na Prática Experimental da Medicina

Palestrante: Dr. Rodolfo Puttini (Dpto. de Saúde Pública, FMB, UNESP/Botucatu)

11h-11h30

Palestra: Autonomia e Auto-Organização em Hegel

Palestrante: Dr. Pedro Geraldo Novelli (Dpto. Filosofia, UNESP/Marília)

11h30-12h

Palestra: Autonomia e Modelo do Sistema de Esquema de Ações sobre Símbolos e Signos

Palestrante: Dr. Ricardo Pereira Tassinari (Dpto. Filosofia, UNESP/Marília)

Almoço

14h-14h30 - Sessão de Pôsteres

Quarta Sessão - Auto-Organização e Bioética: Filosofia da Biologia

Local: Anfiteatro do IBB - UNESP - Campus de Rubião Júnior

14h30-15h

Palestra: Uma Concepção de Bioética na Perspectiva Evolucionista

Palestrante: Dr. Alfredo Pereira Jr. (Dpto. de Educação, IBB, UNESP/Botucatu)

15h-15h30

Palestra: Auto-Organização, Evolução e Bioética

Palestrante: Dr. Romeu Cardoso Guimarães (UFMG)

15h30-16h

Palestra: Há Motivos para se Pensar em uma Ética para as Plantas?

Palestrante: Dr. Gustavo Maia Souza (UNOESTE)

16h-16h30 - Coffee Break

16h30h-17h

Palestra: Cérebro, Mente e Cultura: Considerações sobre Otimização Moral

Palestrante: Dr. Jonas Gonçalves Coelho (Dpto. Ciências Humanas, UNESP/Bauru)

17h-17h30

Palestra: Questões Éticas, Sociais e Legais na Neurociência Social

Palestrante: Dr. Leonardo Ferreira Almada (Dpto. Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia)

17h30-18h – Palestra de Encerramento

Palestra: A Auto-Organização de Trajetórias Pessoais de Pesquisa: Empirismo Sutil Goetheano e Respeito à Natureza

Palestrante: Dr. Maurício Ramos (Dpto. Filosofia, USP)

SESSÃO DE PÔSTERES

RELACIONANDO AUTO-ORGANIZAÇÃO E AUTOPOIESE

AZEVEDO, Laura Rosa Kugler de Azevedo (UNESP/Marília)

AUTO-DESORGANIZAÇÃO, ESTRESSE E ESQUIZOFRENIA

BARROS, Rafael Fernandes (UNESP/Botucatu); PEREIRA Jr., Alfredo (UNESP/Botucatu)

O QUE ACORDOU O BRASIL? UMA ANÁLISE SISTÊMICA E MEMÉTICA DAS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL EM 2013

BELLINI-LEITE, Samuel de Castro (UFMG); MORAES, João Antonio de (FAJOPA)

MEDITAÇÃO *MINDFULNESS*: EFEITOS PSICOLÓGICOS E CORRELATOS CEREBRAIS

BORGES, Rafael Junqueira (UNESP/Botucatu); FONTES, Marcos Roberto de Mattos (UNESP/Botucatu)

O CONCEITO DE TDA/H E A AUTO-ORGANIZAÇÃO

CAMILO, Lujani Aparecida (UNESP/Botucatu); PEREIRA Jr., Alfredo (UNESP/Botucatu)

AUTO-ORGANIZAÇÃO E AUTONOMIA NA RECONSTRUÇÃO DO PROJETO DE VIDA PARA O MENOR INFRATOR, FAVORECENDO A SAÚDE MENTAL

CAMPOS, Rafael Garcia (UNESP/Botucatu)

A EMERGÊNCIA DE NOVAS QUALIDADES ENQUANTO UM PROCESSO AUTO-ORGANIZADO

COELHO, Rafael Teruel (UNESP/Marília)

EFEITOS DA MEDITAÇÃO SOBRE A VARIABILIDADE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA EM CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES

CRUZ, Marina Zuanazzi (UNESP/Botucatu); PEREIRA Jr., Alfredo (UNESP/Botucatu)

UMA ANÁLISE SISTÊMICA ACERCA DO USO DA TECNOLOGIA NA REABILITAÇÃO

GARCIA, Amanda Veloso (UNESP/Marília)

TRABALHO NO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR E O LAZER: UMA ANÁLISE DOS TEMPOS DE LAZER CULTURAL

LIMA, Graziella Aparecida Garcia de (UNESP/Franca)

O QUE É UMA CONDUTA NUTRICIONAL ÉTICA?

MILLER, Tânia Corrêa (UNIMAR); CARVALHO, Maria Amélia (UNESP/Botucatu)

A ORGANIZAÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)

SANTANA, Taís Fernanda Maimoni Contieri (UNESP/Botucatu); PEREIRA, Maria Alice Ornellas (UNESP/Botucatu)

MORALIDADE DISTRIBUÍDA E SISTEMAS COMPLEXOS: UMA REFLEXÃO ÉTICA DE POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES DA EFETIVAÇÃO DO PROJETO TRANSHUMANISTA

PEREIRA, Paulo Henrique Araújo Oliveira (UNESP/Marília); SOUZA, Renata Silva (UNESP/Marília)

COMO OS PESQUISADORES DA UNESP – BOTUCATU CONCEBEM A ÉTICA NA EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL? CONSCIÊNCIA OU OBEDIÊNCIA?

PINTO, Gabriela Bertti da Rocha (UNESP/Botucatu)

RESUMOS DAS CONFERÊNCIAS

BIOÉTICA: PRINCÍPIOS OU REFERENCIAIS?

Dr. William Hossne Saad (Prof. Emérito - Fac. Medicina – UNESP/Botucatu) - palestra de abertura – wsaad@fmb.unesp.br

Os assim denominados princípios da Bioética se concretizam após o Relatório Belmont (1978) elaborado pela comissão oficial especialmente designada para identificar os princípios que devem nortear a pesquisa médica em seres humanos. Na realidade, não houve discussão filosófica quanto a princípios da Bioética. Foi uma aspiração pelo vácuo. Os princípios são de fato princípios? Ou são deveres, ou direitos? Ou virtudes? São eles suficientes, além de eventualmente necessários para a adequada equalização dos conflitos? Caberia uma outra tomada de posição utilizando "referenciais" (não importa se princípios, direitos, deveres, virtudes, estados de alma) para a melhor opção? É o que se coloca em discussão, como interrogação.

A BIOÉTICA NA PESQUISA COM SERES HUMANOS: DO COMPORTAMENTO *MOTOR* HUMANO

Dra. Ana Maria Pellegrini (Departamento de Educação Física - UNESP-Rio Claro) - anapell64@gmail.com

Desde o nascimento, mudanças ocorrem ao longo do desenvolvimento do ser humano nas dimensões cognitiva, social, emocional e motora. Dada a complexidade do sistema, a emergência de novos comportamentos ocorre no contexto das restrições que tanto limitam como possibilitam a emergência de trajetórias que o sistema pode adotar. Sistemas complexos tem potencial para explorar as restrições ao redor deles de modo a permitir a emergência de padrões funcionais de comportamento diante da especificidade de cada contexto. Processos de auto-organização dão direção e definem a direção em que estas mudanças ocorrem. O estudo das mudanças que ocorrem no comportamento motor humano requer cuidados especiais do ponto de vista ético dada a continua interação do ser humano com o meio a sua volta. Esta análise abordará questões éticas no contexto das áreas de estudo: Desenvolvimento Motor, Controle Motor e Aprendizagem Motora. O referencial teórico se encontra nas Teorias de sistemas complexos, Auto-organização e na Abordagem ecológica.

BIOÉTICA E FILOSOFIA DA MENTE: AS DIFICULDADES DO CONCEITO DE PESSOA

Dr. João de Fernandes Teixeira (Departamento de Filosofia – UFSCAR) - jteixe@terra.com.br

O objetivo desta comunicação é focalizar alguns pontos de intersecção entre a filosofia da mente e a bioética (religiosa ou laica). Nesse sentido, o conceito de *pessoa* é particularmente importante pois corta ortogonalmente ambas as disciplinas. Uma das tentativas da bioética religiosa ou laica é caracterizar o conceito de pessoa através de um de seus sucedâneos, qual seja, a noção de consciência. Contudo, essa noção é vaga, tanto do ponto de vista da filosofia da mente, que ainda não cumpriu a promessa de explicá-la de forma definitiva quanto na bioética. Neste último caso, apresentam-se situações limite já conhecidas, como é o caso, por exemplo, dos fetos/embriões humanos. O problema tem se tornado ainda mais complexo à medida em que a própria ideia de sujeito moral, integralmente consciente ou não, foi dilatada para o caso de animais (sobretudo

mamíferos) e alguns tipos de máquinas passaram a integrar o círculo de empatia humana. No caso dos animais, os estudos de José Luiz Bermudez mostram, claramente, a possibilidade de existência de pensamento/consciência mesmo na ausência de linguagem. No caso dos robôs os problemas se tornam ainda mais complexos. As tentativas de incluídos na categoria de sujeito moral, através de sua ética informacional tornam-se excessivamente vagas. Como ferramenta para a exposição/crítica dessas questões utilizaremos as concepções do filósofo italiano Roberto Esposito.

APROXIMANDO AUTO-ORGANIZAÇÃO E O CONTEXTO EDUCACIONAL

Dra. Elisabeth Cardieri (Depto. Educação - UNESP Botucatu) - ecardieri@ibb.unesp.br

Dentre as várias dimensões que caracterizam as práticas educativas (social, cultural, ideológica, epistemológica etc.) é possível destacar uma dimensão fundante: todas se realizam a partir do encontro entre sujeitos que trazem sua história singular e suas diferenças (etárias, culturais, geracionais). A reflexão sobre a singularidade que constitui cada sujeito, que é tecida partir de suas vivências num processo autopoietico, pode contribuir para que as relações escolares se façam valorizando-se o respeito a si próprio e ao outro e o acolhimento à diferença. Nesse processo, vivências dialógicas podem favorecer a partilha e o encontro com a diversidade de concepções, bem como constituir um espaço privilegiado para a formação e o exercício da cidadania.

AUTO-ORGANIZAÇÃO E AUTONOMIA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Dra. Angelina Batista (Departamento de Educação – UNESP – Botucatu)

Numa comunicação não exaustiva da temática proposta, podemos destacar alguns aspectos que envolvem a auto-organização e autonomia. Para falar em auto-organização, temos de trazer para o debate as ideias de Edgar Morin, sobretudo as relacionadas ao paradigma da complexidade. Mudança paradigmática, passagem do paradigma da ciência clássica para o paradigma da complexidade exige que se ponha em paralelo esses dois modelos de pensamento. Para Morin, não se pode pensar em organização e auto-organização sem se repensar nosso paradigma conceitual. Isto posto, podemos refletir no significado da Educação e do processo de ensino e aprendizagem, que envolve autonomia, a partir de um modelo de pensamento que seja integrador, que leve em consideração níveis diferentes de realidade. Pretendemos, pois, nesta comunicação traçar um paralelo entre o paradigma clássico e o paradigma da complexidade e, a partir disso, pensar em auto-organização e autonomia.

O EDUCADOR COMO FACILITADOR DA AUTO-ORGANIZAÇÃO PESSOAL E SOCIAL

Dr. Valdir Gonzalez Paixão (Departamento de Educação – Instituto de Biociências – UNESP/Botucatu) - valdirpaixao@gmail.com

No processo de auto-organização pessoal e social, o indivíduo depende de fatores exógenos ou hetero-organizativos, os quais estão relacionados à influência do processo educativo que se estabelece em vários espaços, dentre os quais o familiar e, em especial, o escolar. Os espaços de formação podem possibilitar condições e situações, através do

processo educativo e de ensino-aprendizagem, para o desenvolvimento da autonomia do indivíduo, sendo que, nestes espaços, os educadores podem desempenhar um papel fundamental de mediadores e facilitadores deste processo.

AUTONOMIA E AUTO-ORGANIZAÇÃO EM PEIRCE

Dr. Vinicius Romanini (Escola de Comunicações e Artes-USP) - vinicius.romanini@usp.br

O filósofo, lógico e matemático Charles S. Peirce desenvolveu a semiótica como teoria geral dos processos lógicos de produção e compartilhamento de significado. O objeto da semiótica é a ação do signo, ou semiose, entendida por ele como um processo contínuo de desenvolvimento e aumento da complexidade (informação semiótica) por criação e transformação de hábitos no universo. O conceito de hábito, ou disposição para agir em conformidade com uma norma geral de conduta, é central para a compreensão do pragmatismo peirceano e pode fundamentar uma teoria semiótica e pragmática da autonomia e da auto-organização.

RELAÇÕES ENTRE ÉTICA E LÓGICA, EM PEIRCE

Dra. Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano (Dpto. de Filosofia, UNICAMP) - itala@cle.unicamp.br

Neste trabalho analisamos possíveis relações entre Ética e Lógica, de acordo com a classificação das ciências apresentada por Peirce. Entre as Ciências da Descoberta, a Lógica aparece, não apenas como Matemática, mas também como Filosofia, como uma das Ciências Normativas e ao lado da Estética e da Ética. Peirce poderia também ser considerado um precursor das lógicas não clássicas em geral? A Ética da Informação, relativa à infosfera, segundo Floridi, poderia ser interpretada sob o enfoque Peirceano?

MÉTODO DIAGRAMÁTICO PARA INTERPRETAÇÃO DE SITUAÇÕES EM BIOÉTICA

Dr. Enidio Ilário (Departamento - UNICAMP) - enidioilario@uol.com.br

Os modelos, grosso modo, são abstrações e implicam sempre em certo grau de simplificação frente à complexidade dos fenômenos que se quer explicar. No campo da bioética as reflexões se fazem a partir de diferentes modelos, entre os quais se destaca no campo da ética biomédica, o modelo principialista padrão de Beauchamp e Childress. O modelo é baseado em uma matriz formada por quatro princípios: da beneficência, não maleficência, autonomia e justiça, cada um deles válido *prima facie*, ou seja, sem dominância de um sobre o outro. O modelo principialista deve permitir que diante de conflitos entre os princípios, prevalecer aquele mais cogente com a situação concreta alvo da reflexão. Contudo, sem uma compreensão mais profunda da fundamentação lógico, epistemológica e axiológica desse modelo, aumentam as possibilidades de se incorrer em erros lógicos de julgamento que no mais das vezes subjazem às falsas aporias. A partir de uma perspectiva metodológica que traz os diagramas como recurso heurístico explicativo, pretende-se demonstrar a adequação dessa abordagem no campo da bioética.

A CONSTITUIÇÃO DE HÁBITOS MORAIS NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA AUTO-ORGANIZAÇÃO

Dra. Mariana Broens (Dpto. de Filosofia, UNESP/Marília) – mbroens@uol.com.br

O presente trabalho tem como objetivo central analisar a falácia naturalista a partir da perspectiva da Teoria da Auto-Organização. A falácia naturalista consiste, segundo Moore (1906), em definir o *bem* (e os demais conceitos morais) em termos de propriedades naturais, pois o *bem* não seria, segundo ele, uma propriedade natural. Para analisar os argumentos de Moore, exporei alguns dos problemas que tal falácia levanta para uma concepção de ética não comprometida com abordagens dualistas da moral. Em seguida, apresentarei as noções de *ajuste* e *constraint* na perspectiva da Teoria da Auto-Organização bem como seu papel na geração de habilidades e hábitos nos organismos. Daremos especial destaque às habilidades e hábitos relacionados à ação moral.

PROCESSOS NUTRICIONAIS E BIOÉTICA NUMA PERSPECTIVA DE COMPLEXIDADE BIOLÓGICA.

Dra. Maria Amélia Carvalho (Doutora em Saúde Coletiva – FMB/UNESP/Botucatu) - mariameliacarvalho@yahoo.com.br

A partir de um estudo da complexidade na perspectiva de sistemas como, por exemplo, a termodinâmica dos sistemas abertos longe do equilíbrio (Prigogine 1984) e apoiada na Semiótica e no Pragmatismo de Charles Sanders Peirce, elaboro e discuto um diagrama que ilustra a complexidade envolvida nas diversas dimensões e etapas de processos biológicos de nutrição e aponto algumas correlações entre as dimensões afetiva, ética e lógica desses processos que se expressam de modo complementar e indissociável. Os processos nutricionais são aqueles pelos quais as pessoas selecionam, ingerem e metabolizam alimentos transformando-os em seu próprio corpo, absorvendo nutrientes, excretando metabólitos, produzindo energia útil e calor, e possibilitando assim a manutenção da vida e a realização de potencialidades. Considero no diagrama elaborado, tanto a possibilidade de fenômenos auto-organizados nos processos nutricionais (processos sobre os quais não se exerce um controle ou aqueles que ocorrem sem autocontrole) quanto fenômenos nutricionais heterorganizados (isto é, aqueles sobre os quais se exerce certo grau de controle), como é possível apontar, por exemplo, em nossa sociedade, o direcionamento do consumo alimentar por meio de propagandas veiculadas na mídia. Em contrapartida, indico que ações educativas que se exercem de modo a correlacionar os aspectos psicobiossociais implicados na nutrição podem facilitar processos auto-organizados de mudanças de hábitos nutricionais prejudiciais à saúde das pessoas.

TRANSHUMANISMO E O FIM DA AUTO-ORGANIZAÇÃO: UMA REFLEXÃO NA PERSPECTIVA DOS SISTEMAS COMPLEXOS

Dra. Maria Eunice Quilici Gonzalez (Departamento de Filosofia – UNESP/Marília) - mequilici@yahoo.com

Discutiremos neste trabalho possíveis implicações éticas do projeto transhumanista, na perspectiva do paradigma da complexidade, enfatizando a Teoria da Auto-organização (TAO). Uma das hipóteses centrais da TAO diz respeito à natureza **não centralizada** dos

processos auto-organizados, que se desenvolvem através de interações espontâneas entre os seus elementos. De acordo com o paradigma da complexidade, a auto-organização desempenha um papel fundamental na geração e manutenção de sistemas complexos, que incluem, também, processos hétero-organizados. Argumentaremos que o projeto transhumanista, que visa o suposto melhoramento da condição humana, poderá trazer consequências éticas positivas e negativas para os seres humanos. Do lado positivo, deficientes e pessoas com vários tipos de lesões poderão ser beneficiadas em um regime político justo e igualitário. Entretanto, em um regime político totalitário, em que esse projeto se desenvolva, consequências altamente indesejáveis se anunciam. Em ambos os casos, os processos de auto-organização tenderão a desaparecer na trajetória evolutiva humana.

O PENSAMENTO CONTRAFACTUAL COMO ATIVIDADE AUTO-ORGANIZATIVA

Dra. Maria Luísa Bissoto (Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Americana) – malubissoto@yahoo.com

O objetivo central do trabalho proposto é investigar o papel do pensamento contrafactual como ferramenta cognitiva para o processo de julgamento e de tomada de decisão, argumentando que, nesse sentido, esse tipo de pensamento se constitui como uma atividade auto-organizativa. Há considerável discussão teórica quanto à funcionalidade do pensamento contrafactual para as ações humanas. De forma geral encontram-se argumentos favoráveis à sua importância para reparar ou prevenir a emergência de sentimentos negativos advindos de resultados indesejados de uma ação, de tornar mais eficientes os processos decisórios futuros e para estabelecer relações de causalidade, que aumentam a percepção e o sentimento de controle da variabilidade do meio (N. ROESE, J. OLSON, 1995; N. ROESE, M. MORRISON, 2009). Mas, por outro lado, encontram-se também considerações quanto ao papel deletério que o pensamento contrafactual pode assumir no processo de tomada de decisão, impactando negativamente os estados emocionais, a percepção dos acontecimentos e suas relações de causalidade, e o posicionamento do agente decisor frente aos acontecimentos presentes e futuros, configurando-se como disfuncional (S. SHERMAN, A. McCONNELL, 1995; K. MARKMAN et. al., 2008). A hipótese principal é a de o contexto decisional, as informações disponíveis nesse e a forma de organizá-las, especificidades afetivas, sociohistóricas, biológicas e cognitivas do agente decisor são fatores importantes nas decisões que tomamos. O pensamento contrafactual favorece, por meio de processos de “simulações mentais”, os (re)arranjos desses fatores, mormente em situações decisórias importantes, funcionando como atividade auto-organizativa da cognição humana. Parte-se das seguintes premissas: a. o processo decisório é ação cognitiva, entendendo-se cognição como o movimento auto-organizativo do agente em seu entorno, assim corporificada, social e embebida; b. enquanto ação cognitiva ligada à circunstancialidade vivencial do agente o processo decisório é passível de ser modificado pela aprendizagem e c. a racionalidade do processo decisório não é absoluta, mas encontra-se permeada pelo histórico de experiências do agente, envolvendo expectativas, sentimentos e estados orgânicos/mentais. Metodologicamente essas premissas ganham corpo numa compreensão processual e descritiva do julgamento e tomada de decisões, objetivando-se a análise dos fatores (neuro)psicocognitivos presentes na fase pós-decisória, seguindo a Differentiation and Consolidation Theory (Diff Con Theory, Ola Svenson, 1992). Como resultados espera-se aprofundar conceitualmente a discussão sobre os processos

decisórios humanos, em especial aqueles envolvidos em decisões que mobilizam a continuidade organizativa dos sujeitos, colaborando para as discussões em torno da TAO.

AUTO-ORGANIZAÇÃO, AUTONOMIA E O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

Dra. Maria Alice Ornellas Pereira (Pós-Graduação em Enfermagem – FMB/UNESP) – malice@fmb.unesp.br e Maria Solange Castro (Doutoranda em Saúde Coletiva - FMB-UNESP) - risojo@ig.com.br

Questões históricas, culturais, econômicas, religiosas e filosóficas norteiam as relações estabelecidas entre a sociedade e a doença mental. Nesta perspectiva, a concepção dada à doença mental e as práticas assistenciais são fundamentais no direcionamento para o valor dado à autonomia do doente mental. Vê-se que a prática manicomial, predominante por quase duzentos anos como única possibilidade de tratamento ao doente mental é segregadora, excludente, embasada na noção de periculosidade, onde o que se constrói é a negação de direitos e a impossibilidade do exercício da autonomia. Porém, o movimento da Reforma Psiquiátrica tem possibilitado a construção de práticas voltadas para o fortalecimento do poder contratual dos sujeitos e a autonomia emerge como valor importante e a ser considerado como central no cuidado em Saúde Mental. Entendemos que todo ato cuidador implica na responsabilização do profissional diante de uma intervenção, culminando em certa dimensão tutelar. Porém, consideramos que o cuidado pode e deve implicar em ganho de autonomia para o paciente. Especialmente o adoecimento mental é fator marcante e desagregador na vida das pessoas, marcando-as com danos, desabilidades, deficiências, maior vulnerabilidade e comprometimento da autonomia pessoal, o que pode implicar em atitudes terapêuticas de maior autoridade. Por outro lado, entendemos que o exercício da autonomia encontra-se intrinsecamente ligado à totalidade do processo de vida dos sujeitos, refletindo o grau de auto-organização nele existente. Portanto, o ganho de autonomia implica em melhores condições do indivíduo estabelecer a auto-organização. Assim, entendemos que somente uma prática voltada para o cuidado das pessoas pode possibilitar o fortalecimento da autonomia e conseqüentemente, de sua auto-organização, e que este deve ser o desafio e o objetivo das práticas em Saúde Mental.

AUTONOMIA INTERSUBJETIVA E RECONHECIMENTO SOCIAL: NOTAS SOBRE A CONCEPÇÃO DE HONNETH

Dr. Aluísio Schumacher (PG Sociologia UNESP-Marília) - aluisioschumacher@yahoo.com.br

O ponto de partida da explicação intersubjetiva de autonomia é a compreensão de que a capacidade de desenvolver e seguir uma concepção própria de vida se baseia em condições sociais. Certas atitudes do agente em relação a si mesmo, em particular, autoconfiança, autorrespeito e autoestima, dependem das atitudes de apoio de outros. As relações consigo mesmo não são assunto de um ego solitário que reflete sobre si, mas resultado de um processo *intersubjetivo* contínuo no qual a atitude em relação a si emerge no encontro com outra atitude em relação a si. As condições para o desenvolvimento de uma vida autônoma estão intimamente conectadas com relações de reconhecimento mútuo. E a autonomia depende dessas relações em três dimensões: relações jurídicas de respeito universal pela dignidade das pessoas; relações íntimas de amor e amizade e; redes de solidariedade e valor compartilhado nas quais o mérito particular de membros de uma comunidade possa ser reconhecido.

BIOÉTICA SOCIAL: RECONHECIMENTO E ETICIDADE NA PRÁTICA EXPERIMENTAL DA MEDICINA

Dr. Rodolfo Puttini (Dpto. de Saúde Pública, FMB, UNESP/Botucatu) – puttinirodolfo@gmail.com

Os princípios da Bioética historicamente orientam para a proteção ora de indivíduos, ora de grupos populacionais vulneráveis, também diante da prática experimental científica. Especialmente para a prática científica da Medicina, a Bioética abrange questões relacionadas à ética médica (e conflitos morais na prática médica assistencial e medicina experimental) - como utilização de seres vivos em experimentos, legitimidade moral do aborto ou eutanásia, implicações da pesquisa no campo da genética; mas não necessariamente alcança discussões de cunho sanitário ou de interesse coletivo ou social, que envolvem problemas sociais e políticos, por exemplo, saneamento público de uma cidade, organização local e regional de um sistema de saúde público, participação nas decisões em conselhos locais, controle sobre oferta da saúde privada, acesso ao direito pleno à saúde, direitos humanos no campo da saúde, corrupção no setor saúde, entre outros. Pretendo apresentar, neste ensaio, a noção de Bioética Social como conceito alternativo que abrange a prática da medicina baseada em valores (Hugh Lacey), para além dos valores preconizados pela ética médica. Com vista a propor um modelo de eticidade no contexto da prática médica, partirei da prática científica experimental que envolve o ser humano como sujeito-objeto da pesquisa. Refletirei sobre essas condições de possibilidades seguindo as orientações de Michel Debrun, em respeito aos preceitos da auto-organização secundária, para o qual proponho apresentar os resultados de uma pesquisa sociológica com idosos orientada pelo conceito de reconhecimento de Axel Honneth, contexto organizado em que os sujeitos da pesquisa foram conduzidos a se comunicarem abertamente sobre a sua participação voluntária influenciando nos resultados da pesquisa empírica.

AUTONOMIA E AUTO-ORGANIZAÇÃO EM HEGEL

Dr. Pedro Geraldo Novelli (Depto Filosofia - UNESP Marília) - pnovelli@marilia.unesp.br

A filosofia do direito de Hegel é a consideração da exposição da liberdade em seu ser aí, isto é, no direito. O direito não é senão a realização da liberdade que se quer aí nessa objetivação. Sem isso a liberdade não se efetiva enquanto tal e no máximo aparece como algo conhecido, porém não reconhecido. A objetivação da liberdade é sempre, em Hegel, o que e como ela se quer. Desse modo, a forma assumida pela liberdade é o modo como ela se auto-organiza. O querer da liberdade nem sempre é marcado pela plena consciência do mesmo, mas ainda assim é sua atividade e o que daí resulta é, portanto, de sua autoria. Assim, pode-se dizer que a organização da liberdade, para Hegel, não pode ser senão auto-organização na medida em que é sabida e quista. No entanto, sob a perspectiva da dialética especulativa hegeliana o que se auto-organiza o faz porque opera sobre uma organização que se põe como desorganização, isto é, como algo que confirma sua suficiência permanentemente. O estabelecimento da organização é o concomitante estabelecimento de seu contrário. A oposição aqui posta não é vista em Hegel como excludente, mas como uma suprassunção. De igual modo o estabelecimento da liberdade se dá como um processo que na história é constantemente realizado e, mais ainda, nos

momentos de sua contraposição. Nesse sentido a escravidão foi tomada pelos homens que se queriam e pensavam livres como justa. As formas assumidas pela liberdade ao longo do processo de sua organização são, segundo Hegel, as formas da liberdade que se tem afirmado não mais como a possibilidade de fazer tudo o que se quer, mas de que tudo o que se faz.

AUTONOMIA E MODELO DO SISTEMA DE ESQUEMA DE AÇÕES SOBRE SÍMBOLOS E SIGNOS

Dr. Ricardo Pereira Tassinari (Depto. Filosofia – UNESP/Marília) - ricardotassinari@gmail.com

O objetivo da palestra é discutir características de auto-organização e de autonomia relativas ao sistema de ações do ser humano, segundo a Epistemologia Genética e Psicologia Genética de Jean Piaget. Nesse sentido, primeiramente, será introduzido um modelo geral da construção das estruturas do sujeito epistêmico necessárias ao conhecimento (sobre o qual temos trabalhado), o Modelo do Sistema de Esquema de Ações e de Operações sobre Símbolos e Signos. Depois mostrar-se-á como certas características de auto-organização de tal construção advém de um processo de equilíbrio resultante da interação do sujeito com seu meio que não está determinado nem pelo meio nem pelo próprio sujeito. Finalmente, mostrar-se-á como, a estrutura central considerada, o Sistema de Esquemas de Ação e Operação, é um sistema de formas (esquemas) de atividades do sujeito (ações e operações), o que, conjuntamente com sua construção auto-organizada, leva a constituição de certa autonomia do sujeito, pois é o próprio sujeito quem constrói suas formas de atividades (auto-nomos), principalmente quando ele pode se representar essas próprias formas de atividades.

UMA CONCEPÇÃO DE BIOÉTICA NA PERSPECTIVA EVOLUCIONISTA

Dr. Alfredo Pereira Jr. (Departamento de Educação – Instituto de Biociências – UNESP/Botucatu) – apj@ibb.unesp.br

James Mark Baldwin talvez tenha sido o primeiro pensador a defender um papel da consciência no processo evolutivo darwiniano. Ao optar por uma ação que produza uma reação prazerosa, ao invés de uma ação que produza uma reação dolorosa - e deste modo contribuindo para gerar um novo hábito que venha a influenciar os padrões de reprodução diferencial de uma população – todo ser consciente estaria participando na definição dos rumos do processo evolutivo. Essa idéia teria uma consequência importante para a Bioética, no sentido de uma Ética da Vida: ao realizar suas opções conscientes, em particular no que diz respeito à atividade tecnológica, todos nós estamos influenciando nos rumos do processo evolutivo terrestre. Portanto, haveria uma importante conexão da Bioética com a questão ambiental, como já antecipado pelos primeiros teóricos da área.

AUTO-ORGANIZAÇÃO, EVOLUÇÃO E BIOÉTICA

Dr. Romeu Guimarães (UFMG) - romeucardosguimaraes@gmail.com

Vida é conceito abstrato, difícil porque se refere à *dinâmica* (desenrolando-se no tempo) do processo complexo de *transformações* (com mudanças estruturais, espaciais) instaurado pelos seres vivos. As transformações (adaptações) ocorrem tanto nos

indivíduos (desenvolvimento, ontogênese) como através das gerações (evolução darwiniana, por reprodução diferencial). Objetos com energias livres expostas (reativos, instáveis, desestabilizadores) interagem em processo de transformações, com graus de turbulência, até que se obtenha redução, amansamento, não-reatividade, estabilidade. A ciência biológica trabalha com a noção de que a dinâmica vital surge de dentro dos seres vivos e não existe fora deles. As origens e os fins são pouco expressivos; interessante é a evolução, a 'travessia'. O ser vivo capta nutrientes (matéria, energia) e os transforma em matéria própria – autoconstrução, e excreta resíduos. Relaciona-se contraditoriamente, em semiautonomia, com o ambiente: é essencialmente dependente dele, mas tem que agir com sua degradação. Seu enorme sucesso (persistem desde 79% da idade da Terra ou 26% do Universo) decorre da acentuada flexibilidade adaptativa e evolutiva, por conta da constituição genético-protéica. O fluxo biológico é de nutrientes e metabolitos em ambiente aquoso, através de cavidades nos corpos celulares esponjosos-gelatinosos. É impulsionado por movimentos elásticos das proteínas e por “difusão facilitada” (análoga da sucção por vácuo): produtos são consumidos ou deslocados, provocando rarefação e reenchimento. Há dois drenos: o metabólico interno (síntese de proteínas) e o da excreção para o exterior, em diluição cujos limites estamos alcançando.

HÁ MOTIVOS PARA SE PENSAR EM UMA ÉTICA PARA AS PLANTAS?

Dr. Gustavo Maia Souza (UNIOESTE) - gustavo@unoeste.br

Partindo da questão levantada pelo filósofo basco Michael Marder - "Is it Ethical to Eat Plants?" - apresento uma discussão sobre aspectos de consciência, cognição e inteligência em plantas, que suportariam a idéia de uma ética para o comportamento ético de seres humanos em relações às plantas.

CÉREBRO, MENTE E CULTURA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OTIMIZAÇÃO MORAL

Dr. Jonas Coelho (Depto. Ciências Humanas – UNESP Bauru) - jonasgcoelho@gmail.com

Considerarei a abordagem contemporânea segundo a qual a moralidade origina-se na neurobiologia - ainda que a ela não se reduza - e, em especial, a tese de que hormônios e vários componentes químicos do cérebro estão envolvidos com aspectos da sociabilidade e da moralidade, tais como, cooperação, empatia, altruísmo, agressividade, confiança, etc. Essa abordagem aponta para o desenvolvimento de uma farmacologia voltada para a “otimização da moral”, ao lado da já existente e em desenvolvimento farmacologia utilizada para fins de “otimização cognitiva”, cujas bases procuramos exemplificar a partir de alguns experimentos que têm sido realizados com seres humanos. Como nos casos de “otimização cognitiva”, vários aspectos devem ser considerados, ou seja, os fundamentos filosóficos e científicos desse empreendimento, e, a partir daí, a sua viabilidade e implicações sociais. Argumentarei que a compreensão desses aspectos depende do modo como se considera a construção do “cérebro moral”, que essa construção depende de aspectos biológicos, mentais e culturais cuja interação é variada e complexa, envolvendo elementos sobre os quais não temos controle e outros manipuláveis em diferentes níveis e limites, e que é a partir dessa perspectiva que um posicionamento crítico consistente em relação ao projeto de “otimização moral” deve ser empreendido.

QUESTÕES ÉTICAS, SOCIAIS E LEGAIS NA NEUROCIÊNCIA SOCIAL

Dr. Leonardo Ferreira Almada (Depto. Filosofia – Universidade Federal de Uberlândia) - leonardo.f.almada@gmail.com

Nessa comunicação, pretendo discorrer sobre alguns dos principais aspectos sociais, legais e éticos desencadeados pelo desenvolvimento da pesquisa neurocientífica, especialmente os que dizem respeito aos aspectos éticas e legais das tecnologias de neuroimagem, às novas concepções de autonomia e de responsabilidade moral, à possibilidade de manipulação de traços cerebrais socialmente relevantes e a necessidade de constituição de uma sólida ética da neurociência para acompanhar a progressão da neuroética.

A AUTO-ORGANIZAÇÃO DE TRAJETÓRIAS PESSOAIS DE PESQUISA: EMPIRISMO SUTIL GOETHEANO E RESPEITO À NATUREZA

Dr. Maurício Ramos (Depto. Filosofia - USP) - palestra de encerramento - maucramos@yahoo.com.br

Entendo o conceito de *empirismo sutil* de G. W. Goethe como sendo o elemento central de um método científico de pesquisa no qual se estabelece uma relação harmônica entre o pesquisador como *pessoa* e os seres naturais pesquisados como *sujeitos*. O tema central de minha conferência será a aplicação dessa forma singular de empirismo na elaboração de projetos de pesquisa com seres vivos eticamente responsáveis. Nessa forma “sutil”, o empirismo estabelece uma relação não agressiva, não manipuladora (a *Encheiresis naturae* de Fausto) e não controladora dos seres naturais e, ao mesmo tempo, garante a base fenomênica necessária para a produção de conhecimento objetivo e empiricamente bem fundamentado. Contudo, os valores éticos e cognitivos que esse método sustenta são consistentes com uma forma de racionalidade específica, que designo como *morfológica*. Trata-se de uma racionalidade na qual a heurística é o valor cognitivo central e os conceitos são geneticamente elaborados a partir de um processo de objetivação morfológico que, partindo de problemas investigativos nascidos no interior da *biografia* do *autor*, engendra uma trajetória intelectual de onde nascem projetos teóricos e práticos de pesquisa. Tal processo exhibe um caráter auto-organizador que gera uma continuidade entre o plano do conhecimento universal do “intelecto” e o plano singular da pessoa. Através de *conceitos empíricos* pode-se “ver a teoria” (como a *Urpflanze* da *Metamorfose das plantas*) através de uma observação sutilizada, porém direta da natureza.

RESUMOS DOS PÔSTERES

RELACIONANDO AUTO-ORGANIZAÇÃO E AUTOPOIESE

AZEVEDO, Laura Rosa Kugler de Azevedo. Mestranda em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da UNESP/Marília. Orientadora: Profa. Dra. Maria Eunice Quilici Gonzalez. sofiamarilia@hotmail.com

O objetivo desse trabalho é fazer um contraponto entre os processos de auto-organização e autopoiese. Para atingir esse objetivo, a seguinte questão será proposta: pode a autopoiese surgir a partir da auto-organização secundária? Para isso, teremos como ponto de partida a elucidação da auto-organização exemplificada por Debrun (1996) e a autopoiese, por Maturana e Varela (1997). A teoria da auto-organização possui como principais pressupostos a defesa da hipótese segundo a qual um processo pode se constituir sem que haja um centro organizador que o comande. Com a sua evolução ele pode gerar sistemas que possuem alguma funcionalidade. Conforme explicitado por Debrun (1996, p. 50), a auto-organização ainda pode ser dividida em duas etapas: auto-organização primária e secundária. A primeira constitui o início do processo, quando elementos que são avulsos e distintos entre si se encontram pela primeira vez, geralmente através do acaso, para espontaneamente interagirem até constituir um sistema. Com a interação e aprendizagem que há entre esses elementos, o sistema vai se fechando através da auto-organização secundária, responsável por um maior aprimoramento do sistema, que vai formando assim uma possível identidade. Argumentamos que quanto um sistema se fecha a partir da auto-organização secundária, constituindo uma identidade, ele está propício para se transformar em um sistema autopoietico, que ocorre em sistemas biológicos. Um sistema dessa natureza possui funções que estão já previamente estabelecidas e fechadas para o bom funcionamento de um corpo. Em um sistema desse tipo, novidades que vêm do exterior não são bem vindas como acontece com a auto-organização, pelo contrário, pode levar o sistema biológico ao colapso. Dessa maneira, pretendemos contrastar esses dois processos, bem como a possibilidade da autopoiese surgir a partir de processos auto-organizados.

AUTO-DESORGANIZAÇÃO, ESTRESSE E ESQUIZOFRENIA

BARROS, Rafael Fernandes Barros¹; PEREIRA Jr., Alfredo². ¹Mestrando em Saúde Coletiva pela UNESP/Botucatu. ²Docente da UNESP/Botucatu. Orientador: Prof. Dr. Alfredo Pereira Jr. rafaelbarros@uol.com.br

As interações entre os elementos constituintes do sistema da vida mental de uma pessoa são marcadas por uma busca de satisfação. Das possíveis formas de interação entre as categorias emergem processos de auto-organização ou auto-desorganização, correspondendo respectivamente à construção da saúde mental ou à condução do transtorno mental. Segundo Debrun (1996) o motor principal da auto-organização reside na própria interação entre elementos “realmente distintos” ou em entre “partes semi-distintas”. Dessa forma, poderíamos pensar que quando, por exemplo, o indivíduo fica desempregado, é como se perdesse um elemento (uma parte), e dependendo de como era seu processo auto-organizativo, esse elemento seja substituível apenas por outro elemento semelhante (outro emprego). A perda persistente (referente à temporalidade) de um elemento crucial (seja por ele mesmo ou incapacidade de outras partes substituí-

lo) gera o que chamaremos de crise (situação altamente estressora). A crise, associada à vulnerabilidade (psicológica, genética, social, etc.) pré-existente, acaba por resultar em uma desorganização do processo (e estrutura) manifestando transtornos mentais, entre eles a esquizofrenia. Esta proposta encontra um paralelo na atual visão de reabilitação psicossocial que pode ser exemplificada nos modelos conceituais e operacionais discutidos por Saraceno, tendo como base a Teoria da Vulnerabilidade e Enfretamento. A vulnerabilidade psicológica de uma pessoa seria definida como uma incapacidade de reação a acontecimentos estressantes, por exemplo no ambiente familiar e de trabalho. Os acontecimentos podem levá-la ao desenvolvimento de transtornos mentais, quando exigem para o seu enfrentamento habilidades que não foram elaboradas pela pessoa. Portanto, não seria o desemprego, nem as relações familiares, nem o caráter urbano ou rural que por si só determina a prevalência da esquizofrenia, mas uma particular combinação desses fatores, que colocam em sérias desvantagens aqueles indivíduos mais vulneráveis à esquizofrenia.

O QUE ACORDOU O BRASIL? UMA ANÁLISE SISTÊMICA E MEMÉTICA DAS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL EM 2013

BELLINI-LEITE, Samuel de Castro¹; MORAES, João Antonio de². ¹Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. ²Professor de Filosofia da Faculdade João Paulo II, FAJOPA, Marília-SP. ¹samuelcbpsi@gmail.com, ²moraesunesp@yahoo.com.br.

Em 2013, o Brasil ficou marcado por uma onda de manifestações iniciadas, principalmente, pela juventude em redes sociais na internet. Um problema interessante é entender: por quais motivos esta onda de manifestações se iniciou? É comum julgarmos que a juventude desta geração, antes destas manifestações, não tinha interesse ou conhecimento político; logo, fica difícil entender como em mais de 30 cidades do Brasil o movimento carregou tantas pessoas para a rua. Neste trabalho, argumentaremos que não foi, de fato, o aumento de conhecimento ou interesse político o responsável pelo início das manifestações entre os jovens. Acreditamos que o início das manifestações foi influenciado, em grande parte, por uma mudança no estilo dos *memes* utilizados para manifestações, possibilitando correntes de *feedback* positivo, em maior parte, entre os usuários de redes sociais. Enquanto os comentários sobre as manifestações antes desta mudança enfatizava *memes* “negativos” com pouco poder de replicação, como: “Você não faz nada pelo Brasil”, “Acorde!”, “Os políticos estão te roubando”, “Brasileiro é muito acomodado”, entre outros, os comentários recentes disseminaram *memes* “positivos” e encorajadores como: “O Brasil Acordou!”, “Vem pra Rua!”, “O Gigante Acordou!”, “Amanhã vai ser maior!”. Concluímos que adotando a Teoria dos Sistemas Complexos podemos entender um dos fortes motivos do início das manifestações como o uso de *memes* (nó) do tipo “positivo” em uma rede complexa de compartilhamento nas tecnologias de informação, aumentando, assim, a reação dos brasileiros frente às injustiças observadas nos primeiros movimentos em São Paulo. Convém destacar que a análise que desenvolvemos neste trabalho é de cunho filosófico-social não manifestando inclinação política.

MEDITAÇÃO *MINDFULNESS*: EFEITOS PSICOLÓGICOS E CORRELATOS CEREBRAIS

BORGER, Rafael Junqueira¹; FONTES, Marcos Roberto de Mattos². ^{1,2}Departamento de Física e Biofísica, UNESP/Botucatu. rjborges@ibb.unesp.br

A meditação é uma prática milenar mais comum nas religiões orientais e é apontada pelos adeptos como uma prática benéfica aos seres humanos. A meditação de “mindfulness”, cujo objetivo é exercitar a atenção plena sem julgamento no momento presente, origina de uma prática budista e foi adaptada à sociedade contemporânea sem seu cunho religioso. Sem tradução para o português, o *mindfulness* pode ser compreendido como o “estado de liberdade psicológica quando a atenção permanece quieta e flexível, sem prendimento a um ponto de vista particular” (Walsh e Shapiro, 2006, p. 228) e essa meditação é um método de alcançar esse estado. Nesse sentido, a meditação foi aplicada e adaptada para tratamento de diversos casos clínicos de transtornos emocionais e distúrbios sociais, sendo o “Programa de Redução de Estresse baseado em *Mindfulness*” o mais popular. Atualmente, a neurociência já possui metodologia para avaliar os efeitos da meditação e guiar hipóteses científicas. Os efeitos clínicos positivos têm sido observados por diversos estudos empíricos. Psicologicamente, foi apontado nestes, melhora atenção, redução do estresse, dos sintomas depressivos, da ansiedade, dos sentimentos negativos, do ato de ruminar o passado, além de menor reatividade e melhor flexibilidade da reação frente a situações estressantes. Biologicamente, técnicas de neuroimagem e eletroencefalogramas nestes estudos mostram ativação ou alteração de regiões cerebrais que se relacionam com os efeitos psicológicos observados, tais como região média do lobo pré-frontal, córtex cingulado, junção temporo-parietal esquerda, hipocampo, amígdala, ínsula, tálamo, entre outros. Uma explicação sugerida é que a meditação favorece a transição das práticas cotidianas realizadas por hábito para a atenção da prática relacionada aos seus estímulos sensoriais, dessa forma alterando a ativação de vias neurais. Portanto, há alterações cerebrais comprovadas que evidenciam os benefícios psicológicos da meditação *mindfulness*, contudo em mecanismos ainda não totalmente elucidados.

O CONCEITO DE TDA/H E A AUTO-ORGANIZAÇÃO

CAMILO, Lujani Aparecida¹; PEREIRA Jr., Alfredo². ¹Mestranda em Saúde Coletiva pela UNESP/Botucatu. ²Docente da UNESP/Botucatu. Orientador: Prof. Dr. Alfredo Pereira Jr. ¹lujaniapc@gmail.com. ²alfredo.pereira@gmail.com

A dificuldade de aprendizagem associada a um comportamento hiperativo tem sido uma das principais queixas relatadas nos ambulatórios de saúde mental infantil. Dentre essas queixas no Brasil temos aquela referente ao Transtorno de Déficit de Atenção com ou sem a Hiperatividade (TDA/H). Este associa-se com um significativo comprometimento funcional em diversas áreas (acadêmica, profissional, social). Essa pesquisa busca compreender qual o conceito de transtorno que os profissionais da saúde e educação trazem - se entendido como sinônimo de doença ou entendido como uma perturbação no processo de vida da pessoa. A questão saúde-doença, de modo geral,

pode ser entendida sobre o prisma de que todo indivíduo está em um processo de Auto-Organização, o que possibilita sua existência. Esse processo se constitui na interação de fatores (Família, Corpo, Trabalho, Lazer, Sociabilidade e Transcendência) podendo surgir um novo padrão de auto-organização. Eventualmente, pode ocorrer uma perturbação desse processo, que o conduz à emergência de uma crise e, a dificuldade de superá-la pode o levar a desenvolver um transtorno. Para isso, se faz necessário elucidar que a auto-organização concebe o conceito de sujeito como *incorporado* (em referência ao corpo) e *situado* (em referência ao ambiente), segundo VARELA (1991), isto é, o fato de a criança apresentar o TDA/H não seria resultante somente de sua cognição, mas da relação mente- corpo-ambiente. Assim, poderíamos conjecturar que quando uma criança apresenta uma pré-disposição latente e inicia o contato com a escola (ambiente) pode acabar manifestando fenômenos de emergência tais como: somatizações, comportamentos socialmente inadequados, transtornos etc. Portanto, a emergência do TDA/H nos indivíduos humanos, seria caracterizada pela dinâmica presente no embate entre diferentes elementos, nesse caso, as interações que a criança tem com o seu corpo e com o ambiente (a escola).

AUTO-ORGANIZAÇÃO E AUTONOMIA NA RECONSTRUÇÃO DO PROJETO DE VIDA PARA O MENOR INFRATOR, FAVORECENDO A SAÚDE MENTAL

CAMPOS, Rafael Garcia. Professor do SENAC e da Fundação Casa, e atualmente é aluno especial do Mestrado em Saúde Coletiva pela UNESP/Botucatu. Orientador: Prof. Dr. Alfredo Pereira Júnior. rafael.gcampos@sp.senac.br

Segundo Pereira Jr e Pereira (2010), a teoria dos sistemas auto-organizados tem caráter transdisciplinar, aplicando-se à descrição e entendimento de sistemas abertos cuja dinâmica organizacional decorre principalmente da interação de seus subsistemas, assegurando-se a possibilidade de papel construtivo para as relações com o ambiente. O ser humano é, a cada momento de sua vida, o protagonista de sua história, onde se torna o produto de uma diversidade de fatores que se comunicam entre si, destacando-se em três grandes ordens: Biológicos, Psicológicos e Sociais. Ao definir saúde, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2001), coloca-a como *não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade, mas como um estado de completo bem estar físico, mental e social (p.28)*. Assim fica claro que a saúde física, a saúde mental e a social constituem fios de vida estreitamente entrelaçados e profundamente interdependentes. Nesta perspectiva, em que ocorre uma dinâmica entre as categorias, ao longo da história de vida de uma pessoa, está sendo pesquisado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), na execução de medidas socioeducativas destinadas ao adolescente que pratique ato infracional. Serão abordadas iniciativas no sentido de reestruturação de projetos de vida, partindo de considerações de Debrun (1996), para quem “o sujeito efetua um trabalho de si sobre si...As condições de partida (a própria existência do organismo, o contexto biológico, social e cultural dentro do qual atua), assim como o intercâmbio-energético, material, informacional, simbólico – com o ambiente, desempenham um papel importante, mas apenas coadjuvante: seja através de

desafios ou de recursos atuais e potenciais, que proporcionam; ou de alvos que sugerem em resposta aos desafios”.

A EMERGÊNCIA DE NOVAS QUALIDADES ENQUANTO UM PROCESSO AUTO-ORGANIZADO

COELHO, Rafael Teruel. Graduando em Filosofia pela UNESP/Marília. Orientadora: Profa. Dra. Maria Eunice Quilici Gonzalez. rafael_unespmarilia@hotmail.com

O objetivo principal deste trabalho é discutir o conceito de *qualidade emergente* em paralelo com a noção de *auto-organização*. Para tanto, esboçaremos princípios basilares da *Complexidade*, conforme abordado por Morin (2008), com ênfase naquele de *qualidade emergente*. Este é caracterizado pelo autor como a interação entre elementos, sejam eles de quaisquer naturezas, que viabiliza a emergência da novidade. Como salienta Bateson (1986), partindo de tais interações é que emerge “algo de tipo lógico diferente”; tal emergência não se reduz a meras somas de elementos, mas constitui um processo que, por ora, desconhecemos sua natureza ontológica. Um exemplo clarificador desse processo é a formação da molécula H₂O, isto é, da água. A constituição desta tem como base a interação entre dois átomos de hidrogênio e apenas um de oxigênio, não resultando em uma simples soma dos mesmos, mas em algo que parece pertencer ao domínio das multiplicações. Nessa perspectiva, argumentamos em favor da tese de que a emergência da novidade pode ser, dentre outros quesitos, um processo auto-organizado. Este, em poucas palavras, de acordo com Debrun (1996), ocorre sem a necessidade da supervisão de um líder ou instância controladora onipotente, sendo fruto, única e exclusivamente, de relações entre as partes envolvidas no processo. Enfim, tais colocações constituirão o cerne de nossa discussão que contribuem para o estudo acerca da criatividade enquanto um processo auto-organizado.

EFEITOS DA MEDITAÇÃO SOBRE A VARIABILIDADE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA EM CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES

CRUZ, Marina Zuanazzi. Doutoranda em Saúde Coletiva pela Faculdade de Medicina de Botucatu (UNESP). Orientador: Prof. Dr. Alfredo Pereira Junior. Co-orientador Prof. Dr. Roberto Cardoso. marinazc@hotmail.com

A meditação é uma prática milenar conhecida pela promoção de estados alterados de consciência através da utilização de artifícios mentais, como o foco da atenção e o não envolvimento com as sequências de pensamento. Ao melhorar a regulação da emoção e da atenção, a meditação pode levar a um melhor funcionamento do sistema nervoso autônomo (SNA) e, conseqüentemente, influenciar os padrões de ritmo do coração. Justificativa: Com base em estudos sobre a neurobiologia do desenvolvimento na infância, os efeitos da meditação no cérebro e a coerência cardíaca, acredita-se que a meditação possa contribuir com o desenvolvimento neurológico da criança, levando a um ganho importante em habilidades no campo da atenção, da autoconsciência e do processamento emocional (menor percepção do estresse e aumento da experiência emocional positiva), além de melhoras nas funções cognitivas superiores, incluindo

memória, raciocínio e capacidade de resolução de problemas. Objetivos: Verificar se as técnicas propostas apresentam efeito significativo sobre a variabilidade da frequência cardíaca (VFC) em crianças de três a cinco anos e se os efeitos diferem entre os tipos de intervenção. Métodos: O estudo será realizado em escolas de Educação Infantil do município de Campinas-SP. Serão realizadas três diferentes intervenções, sendo: 1) Respiração; 2) Meditação (somente instrução e prática); e 3) Meditação (com treinamento preliminar, para o desenvolvimento de habilidades e vocabulário). As sessões serão realizadas diariamente em sala de aula, com duração de cinco minutos, por um período de oito semanas. A coleta dos dados de VFC será feita após o treinamento de oito semanas, com a tecnologia em Wave[®] Desktop, da HeartMath. Análise dos dados: Serão feitas comparações entre os momentos “antes” e “durante” a prática para as diferentes faixas etárias e entre os tipos de intervenção. A análise estatística será feita por teste t ou Wilcoxon pareado e pela Transformada Rápida de Fourier.

UMA ANÁLISE SISTÊMICA ACERCA DO USO DA TECNOLOGIA NA REABILITAÇÃO

GARCIA, Amanda Veloso. Graduada em Filosofia pela UNESP/Marília. Orientadora: Profa. Dra. Maria Eunice Quilici Gonzalez. amanda.hipotenusa@gmail.com

O avanço da tecnologia tem modificado o mundo em diversas áreas, entre elas a área da saúde ligada à reabilitação, na qual encontramos os sistemas de *Brain Computer Interface* (BCI) – Interface Cérebro-computador – e *Deep Brain Stimulation* (DBS) – Estimulação Cerebral Profunda –. Um sistema de BCI é um tradutor dos impulsos elétricos produzidos por atividades cerebrais para gerar informação a um dispositivo utilizado na interação com pessoas portadoras de deficiências a fim de que estas consigam realizar determinados movimentos ou funções cognitivas. O DBS consiste na implantação de eletrodos em um cérebro para estimulação cerebral contínua e tem sido utilizado, por exemplo, em pessoas com depressão profunda. Ainda que num primeiro momento vejamos tais tecnologias trazendo benefícios para a vida das pessoas com os problemas supracitados, argumentamos que é preciso avaliar as novas questões suscitadas por seu uso. Nesse sentido, proporemos, aqui, uma análise filosófica desses problemas. No caso do BCI, questões acerca da autonomia e consentimento são levantadas, pois algumas pessoas que não falam ou realizam qualquer movimento, que são alvo desse tipo de tratamento, não podem manifestar seu consentimento sobre o uso de tal tecnologia invasiva. Quanto ao DBS, surgem problemas com relação à identidade pessoal e à responsabilidade do pesquisador já que a estimulação cerebral altera comportamentos, bem como questões sobre a padronização de comportamentos e sua relação com o ambiente. Para a análise desse tipo de problemas, partiremos de uma perspectiva sistêmica e auto-organizada que focaliza o domínio das relações humanas tendo como principal o seguinte problema: será que o uso de tais tecnologias não tenderia a eliminar acontecimentos e sentimentos naturais e, quem sabe necessários, para a manutenção social tais como a morte e a tristeza, que ainda que não sejam agradáveis, fazem parte da vida em sociedade e colaboram para a aprendizagem dos organismos de um sistema sociocultural?

TRABALHO NO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR E O LAZER: UMA ANÁLISE DOS TEMPOS DE LAZER CULTURAL

LIMA, Graziella Aparecida Garcia de. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de História, Direito e Serviço Social- UNESP- campus de Franca. Orientador: Raquel Santos Sant'Ana. lima.graziella@yahoo.com.br

Este trabalho de pesquisa analisa a condição de acessibilidade dos trabalhadores envolvidos no corte manual da cana de açúcar no que diz respeito aos tempos/espacos de lazer cultural e trata da verificação de quais são as implicações desse acesso para o desenvolvimento intelectual, crítico e sensitivo desses sujeitos. Como o assistente social se depara com o desafio de desvendar em seu cotidiano um intrincado jogo de objetividades/subjetividades que se dá na sociedade, torna-se imprescindível ressaltar em sua prática a compreensão do ser humano como um todo, como um ser social, com a percepção de todas as variáveis desta sociabilidade. Destaca-se ainda o papel do Serviço Social em contribuir com o debate sobre o sentido político de sua ação, não na acepção político-partidária, e sim no de posicionar-se criticamente diante da reproduzibilidade de preconceitos e da exploração do trabalho, das desigualdades encontradas nos âmbitos objetivos e subjetivos, quer dizer, tanto na esfera econômica como cultural. Os sujeitos participantes da pesquisa foram os trabalhadores do corte manual da cana-de-açúcar nos municípios de Ituverava, Batatais e Patrocínio Paulista e procurou-se compreender, através de entrevistas com estes, a relação entre a promoção de políticas públicas de cultura e lazer no Brasil contemporâneo, bem como a acessibilidade destes trabalhadores a tais políticas públicas e as consequências do ponto de vista de uma evolução político ideológica destes.

O QUE É UMA CONDUTA NUTRICIONAL ÉTICA?

MILLER, Tânia Corrêa¹; CARVALHO, Maria Amélia². ¹Docente da Universidade de Marília/UNIMAR. ²Doutora em Saúde Pública pela UNESP/Botucatu. ¹tania_miller@hotmail.com

Partiremos da seguinte questão, o que é uma conduta nutricional ética? Desenvolveremos o trabalho em duas perspectivas correlacionadas: a perspectiva do corpo e a perspectiva do meio ambiente. Vamos considerar a perspectiva corporal ética, como sendo aquela que diz respeito às consequências pós-ingestão dos alimentos (Carvalho, 2012). Uma conduta corporal ética, de acordo com as necessidades psicofísicas, socioeconômicas e culturais, deve incluir a ingestão (equilibrada) de alimentos que possuem conteúdo nutricional. Deste modo, a perspectiva corporal antiética envolve uma ingestão em excesso de calorias vazias e/ou de substâncias xenobióticas (estranhas ao organismo). A perspectiva ética ambiental envolve a cadeia alimentar em todas as etapas: produção, transporte, armazenamento, distribuição, comercialização e consumo dos alimentos. Neste sentido, uma conduta ambiental ética é aquela capaz de valorizar e preservar o potencial ambiental e do trabalhador. Ao contrário, uma conduta ambiental antiética seria uma conduta incapaz de promover a

sustentabilidade. Partindo dessas colocações iniciais, apontaremos os seguintes conceitos centrais da Teoria da auto-organização, segundo Debrun (2009): Há auto-organização cada vez que o advento ou a reestruturação de uma forma, ao longo de um processo, se deve principalmente ao próprio processo - as características nele intrínsecas -, e só em grau menor as suas condições de partida, ao intercâmbio com o ambiente ou a presença eventual de uma instância supervisora. Com base nestes conceitos preliminares refletiremos acerca das seguintes questões adicionais: Há auto-organização nas etapas da cadeia alimentar? O consumidor pode exercer algum papel na auto-organização da cadeia alimentar?

A ORGANIZAÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)

SANTANA, Tais Fernanda Maimoni Contieri¹; PEREIRA, Maria Alice Ornellas².
¹Doutoranda da Faculdade de Medicina de Botucatu. Orientadora: Profa. Dra. Maria Alice Ornellas Pereira. ²apjmaop@superig.com.br.

A busca pela melhoria da atenção à saúde no país vem, ao longo de décadas, imprimindo um percurso caracterizado por enfrentamentos, desafios e avanços que evidenciam a importância da atenção básica no contexto da assistência. Esta pesquisa objetiva cartografar o cotidiano do cuidado prestado pelos profissionais atuantes na Estratégia Saúde da Família ao portador de transtorno psíquico. A investigação é de natureza qualitativa, e assume como referencial teórico os preceitos de cuidado de Emerson Merhy, e o conceito de reabilitação psicossocial de Benedetto Saraceno. Participaram nove sujeitos, os quais são profissionais atuantes na ESF. Foram utilizados o estudo de caso, a entrevista semi-estruturada e o fluxograma. Foram apreendidos três territórios: do fazer, do pensar o fazer e dos entraves/desafios. Os resultados apontaram para um cuidado embasado no modelo médico hegemônico, com forte presença da medicalização. Os sujeitos revelaram sentimentos ligados à impotência, à angústia e ao despreparo frente à execução de cuidados em saúde mental, enfatizaram os entraves para a efetivação do vínculo, da coparticipação e do comprometimento para vislumbrarem avanços no cotidiano das práticas em saúde. Estes resultados sugerem uma situação de enfraquecimento da autonomia dos agentes, impossibilitando sua auto-organização no contexto da ESF.

MORALIDADE DISTRIBUÍDA E SISTEMAS COMPLEXOS: UMA REFLEXÃO ÉTICA DE POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES DA EFETIVAÇÃO DO PROJETO TRANSHUMANISTA

PEREIRA, Paulo Henrique Araújo Oliveira¹; SOUZA, Renata Silva². ¹Mestrando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da UNESP/Marília. ²Graduanda em Filosofia pela UNESP/Marília. Orientadora: Profa. Dra. Maria Eunice Quilici Gonzalez.
¹phaop44@hotmail.com. ²renatynhass@hotmail.com.

O objetivo desse trabalho é empregar hipóteses da teoria dos sistemas complexos e da noção de moralidade distribuída como ferramentas metodológica para delinear

possíveis implicações éticas dos ideais transhumanistas no contexto da interação social humana. Como caracterizado por Bostrom (2003), o transhumanismo é um *movimento cultural e intelectual que defende a possibilidade e o desejo do aprimoramento da condição humana através de instrumentos de tecnologias computacionais, da biologia e da nanotecnologia*. A tentativa de eliminar o envelhecimento e aprimorar substancialmente as capacidades físicas, psicológicas e cognitivas é a meta principal do projeto transhumanista. De acordo com essa abordagem, o ser humano que alcança tais características é entendido como “pós-humano”, visto que se diferencia de forma fundamental do humano de outrora. Apesar dos pretensos benefícios afirmados por seus pesquisadores, entendemos que o surgimento do ser pós-humano pode trazer uma série de conseqüências éticas para a interação humana que, comumente, não são levadas e conta pelos pesquisadores do transhumanismo. Para discutir esses problemas éticos nos pautaremos na noção de moral distribuída elaborada por Luciano Floridi (2013). Por moral distribuída Floridi concebe a responsabilidade compartilhada entre todos os agentes capazes de desempenhar ações que tenham impactos no ambiente e na vida de seres vivos. Em outras palavras, as ações seriam avaliadas da perspectiva-de quem as recebe, de quem sofre suas conseqüências, não daquela de quem as realiza. No contexto do transhumanismo, o uso e aprimoramento de tecnologias contemporâneas podem subsidiar os ideais que fundamentam tal projeto. Argumentaremos que possíveis implicações éticas também podem ser delineadas pela perspectiva dos sistemas complexos. Para tanto utilizaremos os conceitos de auto-organização (DEBRUN, 1996) e de padrões que ligam (BATESON, 1986) a fim de se fazer uma análise multi-escalar do problema em questão.

COMO OS PESQUISADORES DA UNESP – BOTUCATU CONCEBEM A ÉTICA NA EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL? CONSCIÊNCIA OU OBEDIÊNCIA?

PINTO, Gabriela Bertti da Rocha. Graduanda em Ciências Biológicas pela UNESP/Botucatu. Orientador: Prof. Dr. Alfredo Pereira Junior. Co-orientadora: Profa. Dra. Percília C. Giaquinto. gabiberti@yahoo.com.br

Atualmente existe um consenso de que os pesquisadores estão mais conscientes em relação ao trato com as cobaias e com o bem estar animal, ao mesmo tempo, sabe-se que os recentes comitês de ética instituíram novas diretrizes e estão intensificando a fiscalização dos laboratórios. Há também leis homologadas pelo Governo Federal que diz respeito ao trato com os animais utilizados para experimentação, como a Lei 11.794/08, que conta com penas como multas em dinheiro até a exoneração do cargo de cientista e pesquisador. Em sete de julho de 2012 veio a público o manifesto – The Cambridge Declaration on Consciousness – no qual os pesquisadores comprovam que as estruturas cerebrais que produzem consciência em humanos também são encontradas nos animais e, com isso, pode-se afirmar que os outros vertebrados também sofrem. O projeto visa discutir se realmente os pesquisadores estão mais eticamente conscientes em relação a esse trato, visto que as atuais publicações científicas da área de neurofisiologia comprovam que animais vertebrados em geral possuem sentimentos, ou se os cientistas que trabalham em pesquisas com cobaias apenas se adequam as

diretrizes dos comitês para que seu projeto seja aprovado, ignorando informações importantes acerca do bem estar animal. Para investigar tal dicotomia será desenvolvido um questionário a ser apresentado e respondido por 20 pesquisadores da UNESP do Campus de Botucatu que utilizam cobaias em seus experimentos. Como pesquisa qualitativa visa o entendimento de uma questão específica será, portanto, utilizada a Análise Temática de Bardin (1997) como método de classificação e análise dos dados obtidos. A metodologia propõe três etapas: (1) Pré-análise; (2) Exploração do material; (3) Tratamento dos resultados e interpretação. Após coleta das respostas ao questionário, e conjuntamente com ampla pesquisa bibliográfica, será feita uma discussão e com isso consolidaremos uma conclusão a respeito da questão levantada.

:: Comissão Organizadora::

Alfredo Pereira Jr. (UNESP/Botucatu) - Coordenador
Valdir Gonzalez Paixão Jr. (UNESP/Botucatu)
Rodolfo Puttini (UNESP/Botucatu)

:: Coordenador da Sessão de Pôsteres::

João Antonio de Moraes (FAJOPA)

:: Comissão Científica ::

Ana Maria Pellegrini (UNESP – Rio Claro)
Enídio Ilário (UNICAMP)
Ettore Brasciani Filho (UNICAMP)
Ítala D'Ottaviano (UNICAMP)
Maria Eunice Quilici Gonzalez (UNESP – Marília)
Mariana Claudia Broens (UNESP – Marília)

:: Elaboração dos Anais ::

João Antonio de Moraes

APOIO:

FAPESP